

NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA MONTARIA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DOS MOINHOS

Por JOÃO ALPUIM BOTELHO*

A Montaria e os seus moinhos

O Projecto de Recuperação dos Moinhos da Montaria teve início em 1999, fruto de uma cumplicidade estabelecida entre a Câmara Municipal de Viana do Castelo e a Associação Desportiva e Cultural Montariense, e resultou na criação de condições de funcionamento de 14 moinhos de água, que se mantiverem na posse dos seus proprietários.

Este projecto veio a constituir um dos núcleos *in situ* do Museu do Traje de Viana do Castelo.

São Lourenço da Montaria situa-se no interior do concelho de Viana do Castelo, distante da cidade cerca de 20 quilómetros e encostada à Serra d'Arga, onde nasce o rio Âncora, que atravessa a freguesia. Nos censos de 2001 registava cerca de 750 habitantes.

Os seus habitantes viviam tradicionalmente do cultivo das terras de baixa altitude e do pastoreio nas chãs da serra. A localização serrana e o isolamento foram condições que obrigaram ao desenvolvimento de usos e costumes próprios, com inúmeras tradições

*Mestre em Museologia. Museu do Traje de Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo

de “procedimentos solidários” em que os trabalhos de entreajuda, gratuitos e recíprocos, substituem a economia monetária.

Os moinhos de água são exemplos (e símbolos) destes procedimentos solidários, uma vez que, sendo parte integrante da economia rural tradicional – pois era aí que o milho (produto essencial da produção agrícola) era transformado em farinha, permitindo fazer o pão (broa) base da alimentação –, o seu uso obedecia a regras e modos de agir específicos, essenciais para a sua construção, funcionamento e manutenção, aferidos e regulados ao longo de séculos.

Podemos também encontrar nos moinhos um outro simbolismo: a perfeita adequação que representam entre o Homem e o seu Meio Natural, utilizando a água como fonte de energia inesgotável, gratuita e não poluente.

O primeiro passo deste projecto foi a inventariação dos moinhos e do seu estado de conservação, tendo sido identificados 46. De seguida, fez-se a escolha dos que seriam recuperados, tendo sido seleccionados 14, que foram divididos por 4 núcleos: Costa, Lavadouro, Pedrulhos, Espantar. O principal critério de escolha foi a possibilidade de voltarem a ser usados pela população, tendo sido considerada a localização e o interesse demonstrado pelos proprietários.

A recuperação envolveu o arranjo ou substituição de maquinismos (em alguns casos também dos próprios edifícios), das levadas e também dos caminhos de acesso, muitas vezes intransitáveis (ver quadro 1).

A razão de ser da recuperação de um tão grande número de moinhos – que se sabia à partida que não iriam todos ser utilizados – tem a ver com o facto de não se pretender uma atitude dirigista, impondo à comunidade um determinado comportamento, procurando-se antes criar condições para que a própria comunidade, por si só, pudesse repor em funcionamento formas de agir que ainda tiverem utilidade ou significado no seu quotidiano.

nome	lugar	foi recuperado?	Situação
Salgueira	Lavadouro	x	Mói
Meio	"	x	Mói
Nembra e Vilara	"	x	Mói
Pequeno	Costa	x	Mói
Grande	"	x	Mói
Sapato	"	x	Mói
Baixo	"	x	Não é usado
Lapa	Portodeira		ruínas
Novo	"		Ruínas
Bogalho	"		Ruínas
Nembra	"		Ruínas
Teiga	Portodeira	x	Não é usado
Rego	"		ruínas
Chão	"		ruínas
Leitoa	"		ruínas
Baixo	Espantar	x	Mói
Meio	"	x	Não é usado
Tabaco	"	x	Mói
Barreiro	Espantar		ruínas
Culminha	"		ruínas
Malheira	"		ruínas
Chico da Bouça	"		ruínas
Bouça	"		ruínas
Bela	"		ruínas
Rocha	"		ruínas
Moucas	"		ruínas
Pereirinha	"		ruínas
Erveiro	"		ruínas
Balinho	Trasâncora		ruínas
Constança	"		ruínas
Curto	"		ruínas
Rosa da Chão	"		ruínas
Rodelos	"		ruínas
Cima	Pedrulhos	x	Mói
Meio	"	x	Mói
Baixo	"	x	Não é usado

Quadro 1. Inventário e localização dos moinhos da Montaria



Moinho do Meio e do Tabaco, Lugar de Espantar

Estando conscientes de que hoje não é uma motivação económica que leva as pessoas a voltar a utilizar o moinho, sendo antes valores mais próximos da nostalgia, seria difícil prever quais os que teriam condições para retomar a laboração.

Na relação de proprietários agora feita, embora incompleta, foi possível identificar para estes 14 moinhos mais de 75 casas proprietárias. Tendo os censos de 2001 registado 207 famílias na freguesia, verificamos que uma percentagem significativa da população está abrangida pelo projecto.

Houve também uma preocupação de envolver todos os lugares da freguesia onde há moinhos (Costa, Aldeia, Souto, Lavadouro, Igreja – o centro da aldeia – e também Espantar e Pedrulhos), para que possa ser visto como um projecto de todos.

Com o projecto conseguiu-se dar uma grande visibilidade e protagonismo ao moinho, através de momentos especiais, como foi a “cerimónia de inauguração” ou a presença da imprensa (com repor-

tagens na televisão, rádio e vários artigos na imprensa escrita) mas também do material impresso sobre o projecto (folheto e livro).

Foram ainda criados de sete percursos pedestres que conduzem visitantes pelos moinhos passando por diversos ambientes e paisagens da freguesia (homologados pela Federação Nacional do Campismo com os números 10-1N a 10-7N) permitindo um aproveitamento turístico.

De tudo isto resultou um aumento de visitantes à procura dos moinhos, o que contribuiu para recuperar o “prestígio” da sua utilização.



A recuperação dos moinhos mereceu a atenção da RTP que entrevistou um dos herdeiros, Sr. Adão e a Câmara Municipal, Vereador José Maria Costa

O moinho como unidade solidária

Os moinhos da Montaria são típicos moinhos serranos, construções simples de pedra solta e de pequenas dimensões, de um só rodízio.

A sua construção era, geralmente, fruto de um acordo entre diferentes Casas (aqui com o sentido de Família), uma vez que algumas



Moinho do Meio, Lugar de Pedrulhos

peças teriam de ser compradas (as telhas, as ferragens e as mós, por exemplo) e outras podiam ser executadas pelos compartes que se associavam (por exemplo a carpintaria e a construção civil), era feita uma negociação em que os maiores gastos ou mão-de-obra, seriam compensados com um maior direito de utilização.

No caso dos moinhos da Montaria, não há memória da construção de nenhum, tendo todos, provavelmente, mais de 150 anos.

Foi, no entanto, contado o caso do Moinho do Tabaco, em Espantar, que foi construído num espaço livre acima de outros dois (Moinho do Meio e de Baixo), mas foi necessária a união de esforços para abrir um enorme canal na rocha para que a levada existente o pudesse também alimentar, num claro exemplo dos bons resultados desta forma de divisão de esforços.

Os moinhos criavam-se assim numa lógica de “unidades solidárias”, que se inseria num quadro mais amplo de partilhas e

distribuição de esforços e trabalhos, em que se evitava o recurso à economia monetária.

A utilização do moinho é feita pelos herdeiros, não existindo moleiros profissionais. A figura do moleiro pertence já a uma lógica da economia de troca, em que uma percentagem da produção é dada como maquia, para pagamento deste trabalho.

Neste caso estamos a falar de uma economia muito débil e muito próxima da autarcia, em que não há possibilidade do luxo de abdicar de uma parte da produção para pagamento do trabalho. Este mesmo sistema era utilizado nas serrações de madeira hidráulicas. Já os lagares de azeite eram particulares e neles havia lugar ao pagamento de uma maquia pela maceração da azeitona.

A história da decadência do uso dos moinhos tem, no caso de São Lourenço da Montaria, uma data marcante: o ano de 1974, com a chegada da electricidade, que permitiu a utilização do moinho eléctrico, mais cómodo e progressivamente mais adequado à diminuição das quantidades moídas.

No entanto esta decadência insere-se num movimento mais amplo que se vinha verificando desde os anos 60, por motivos conhecidos: o fraco rendimento da agricultura que levou à emigração e consequente abandono dos campos. Desta forma os ritmos da vida rural tradicional e da economia baseada no sector primário, tornaram-se obsoletos e foram sendo abandonados.

A ideia de recuperar estes moinhos não é motivada tanto pelo seu valor patrimonial intrínseco, como por tudo aquilo que eles representam dentro da comunidade, dos seus usos e costumes, da identidade e, principalmente, com o papel que ainda podem desempenhar

Desta forma os moinhos são olhados pelo prisma daquilo a que a UNESCO, através da Carta de Veneza (1964), define como monumento: *“A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, (...) Esta noção estende-se não somente às grandes*

criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural”, chamando ainda a atenção para que se deve “salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico. (...) A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade”

Assim sendo, mantendo o seu uso será possível garantir a persistência de modos de agir e significados que podem desempenhar uma função relevante como testemunho histórico desta comunidade que, sem este suporte, se perderiam.

A propriedade dos Moinhos

Lembrando que a propriedade destes moinhos é partilhada, facilmente percebemos que podem ter um papel importante a desempenhar na criação e manutenção de mecanismos de coesão da comunidade, até porque um mesmo proprietário pode *ter tempo* em vários moinhos, fruto de heranças, casamentos ou compra, criando uma rede de relações que abrange toda a freguesia, sendo mesmo o termo *herdeiro* sinónimo de proprietário.

A Casa da Chão, por exemplo, é herdeira em seis moinhos com *partes* que vão desde três dias a apenas meio-dia, num total de seis dias e meio (ver quadro 2).

<i>Moinho</i>	<i>Lugar</i>	<i>tempo</i>
Grande	Costa	24
Pequeno	Costa	12
Teigo	Portudeira	12
Rego	Portudeira	12
Chão	Portudeira	24 (de 12 em 12 dias)
Leitoa	Portudeira	36

Quadro 2: Tempo que a Casa da Chão (Costa) tem em diversos Moinhos:

É importante notar que este regime de “propriedade partilhada”, é substancialmente diferente de comunitarismo, isto é, de serem *res*



Senhora Etlvina (Casa da Chão) a utilizar o moinho Grande, Lugar da Costa

publica. Os moinhos pertencem a um determinado conjunto de pessoas, perfeitamente identificadas, que, como vimos, medem a sua posse pelo tempo de utilização a que têm direito.

A sua posse, de facto, consiste, essencialmente, no direito de o utilizar e na obrigação de o manter.

A utilização/posse dos moinhos era regulada pela criação de um sistema de ciclos que toma duas formas com uma organização ligeiramente diferente:

- Ciclos de 14 dias, dividido em 28 *peças* (cada uma “medindo” 12 horas) em que cada utilizador sabe exactamente os dias de semana a que tem direito. Neste caso, e para evitar dúvidas sobre a semana, a contagem faz-se tendo como referência a segunda-feira em que há a feira em Ponte de Lima (que é quinzenal). Quando um herdeiro tem apenas uma peça, uma “*maquialha*”, esta alterna entre o período diurno e o nocturno, para não penalizar o seu utilizador.

- Ciclos de 15 dias em que cada utilizador sabe a quem se segue, “antes do nosso vem o vosso” e o período de utilização “avança sempre um dia”. Há um caso em que o ciclo é de 17 dias (moinho da Rocha).

Em termos oficiais, o registo notarial refere-se a esta partilha de posse, a propósito da venda de uma parte do moinho Grande, na Costa, em 22 Março de 1968, da seguinte forma: “uma de 30 partes que corresponde a 12 horas de 15 em 15 dias de um moinho”. Por curiosidade pode-se dizer que o custo destas 12 horas foi avaliado em 600 escudos.

Numa outra transacção feita no início dos anos 90, cada hora custou mil escudos.

Estes períodos de tempo eram regulados tendo por referência o nascer e pôr-do-sol e não há relatos de conflitos provocados por este uso partilhado.

Nos casos dos moinhos mais afastados da povoação (como é o caso de Portudeira, na margem do rio Âncora), as pessoas que iam iniciar e terminar o seu turno juntavam-se em grupos, geralmente de mulheres, transformando este trabalho de recolher a farinha ou levar o grão, em mais um momento de sociabilidade.

Só em períodos de escassez, para evitar roubos, se ficava no moinho durante o tempo da moagem, tendo sido apontados os anos de 1942 e 46 como aqueles em que houve mais problemas.

A troca de utilizador, nos tempos do uso pleno era feita quase sem paragem, uma vez que, estando o moinho a funcionar, quem entrava esperava pela limpeza da farinha e recolha do grão na adalha, que era imediatamente cheia com o grão do novo utilizador.

Hoje, tendo os moinhos uma laboração ocasional, a operação de iniciar a moagem, o *aparelhar o moinho* ganha uma nova importância. Esta operação corresponde a:

- Desviar a água da levada para o *culo* e ter atenção ao regulamento da *sieteira* (o local por onde a água é dirigida para as penas do rodízio. Se a água for pouca, então é necessário apertar essa saída para que



Moinhos da Salgueira e do Meio.
Mimetismo com a paisagem da encosta da Serra d'Arga

o *cubo* se mantenha cheio e o *peso da água* crie pressão suficiente; se a água for muita, então deverá ser aberto para não transbordar, perdendo-se a água da levada, uma vez que esta água pode ser reaproveitada para rega);

- Aliviar o *arrieiro* o que permite que a água faça mover o rodízio;

- Regular o *caneleiro*, para que o grão caia no *olho da mó* com a cadência exacta. Se cair demasiado grão, o moinho fica *encalhado* -uma vez que não dá saída à quantidade que recebe - e pára; por outro lado se a cadência for lenta, corre o risco de ter pouco grão entre as mós, de *ficar em vão*, provocando uma rotação incerta e de pedra contra pedra, que para além de alisar as pedras – obrigando a uma nova *picagem* –, pode mesmo causar a quebra da mó *andadeira*. Antigamente quando isto acontecia era motivo de crítica pelos outros herdeiros, uma vez



Moinho Grande e Pequeno - Lugar da Costa

que podia danificar o moinho, e de chacota pelos passantes, pois o barulho que as mós faziam era ouvido longe;

- Escolher a distância entre as mós, de acordo com o tipo de moagem pretendida.

- Finalmente, com no fim do período de moagem, o moinho tem de ser parado, usando simplesmente o *arrieiro* e, eventualmente, *pejado*, ou seja, desviada a água do *culo*.

Aparelhar um moinho exige muita experiência, sendo uma das causas apontadas por alguns proprietários para a sua não utilização.

A manutenção destes moinhos é uma obrigação inerente ao direito de propriedade. Alguns trabalhos são responsabilidade do colectivo, como a limpeza dos caminhos e da levada, bem como algum arranjo

menor. No entanto há também trabalhos especializados, como a picagem das mós, a afinação do rodízio e substituição de peças de carpintaria. Neste caso é necessário recorrer a trabalho especializado, onde o pagamento é feito proporcionalmente ao uso.

Esta forma de funcionamento criou laços comunitários muito fortes que, sendo quebrados podem, como vimos, inviabilizar as condições de uso do moinho por não haver capacidade de trabalho e/ou financeira para proceder às reparações.

A quebra destes laços pode ter repercussões a outros níveis: a manutenção dos caminhos de acesso aos moinhos, por exemplo, é muito importante também para a passagem para os campos de cultivo ou bouças mais afastadas e para a circulação mais fácil entre lugares isolados. À medida que os moinhos vão sendo abandonados os caminhos deixam de ser transitáveis por falta de manutenção. Assim, ao perderam importância face às novas estradas e ao uso mais comum do automóvel, esta rede capilar de caminhos foi desaparecendo, o que muitas vezes levou mesmo ao abandono de campos e habitações em lugares mais afastados, impossibilitando pequenos mas importantes complementos desta economia familiar frágil.

O Núcleo Museológico

Passados sete anos sobre o início do projecto, é importante fazer uma análise do projecto identificando os seus pontos fortes e fracos.

Antes de mais, verificamos que dos 14 moinhos são utilizados 10, dos quais cinco com frequência e cinco com utilização ocasional. Quatro moinhos não estão a ser usados (ver quadro 1).

Quando consideramos que o moinho está a ser utilizado não nos estamos a referir à ocupação da totalidade do tempo, o que seria impensável, mas sim aos casos em que alguns dos herdeiros retomaram a moagem com alguma frequência.

Assim, em relação aos moinhos da Costa encontramos três moinhos com um total de 46 proprietários, dos quais 22 ainda os utilizam:

Quadro 3: proprietários dos moinhos da Costa e utilização (*)

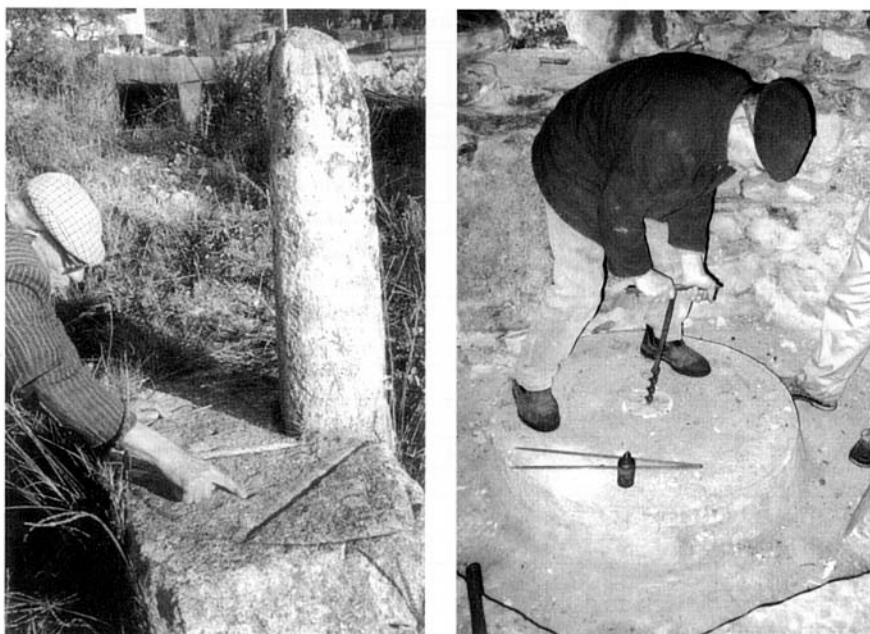
MOINHO PEQUENO		
Proprietário	Horas	Situação
<i>Casa da Chão (Etelvina)</i>	12	<i>Mói</i>
<i>" Cancela</i>	48	<i>Começa no domingo, véspera da feira de Ponte. Vieram de França, não sabem aparelhar. Tem um porco e galinhas, não tem vaca</i>
<i>" Aniceto</i>	48	<i>Está doente, apesar de estar perto, usa o eléctrico</i>
<i>" Tónia</i>	48	<i>Extinguiu-se</i>
<i>" Custódio</i>	12	<i>Dá autorização a outros</i>
<i>" Tia Ana de Jesus</i>	12	<i>Moi a irmã</i>
<i>" Bouça (Evaristo)</i>	12	<i>Põe tudo em silos (os novos não estão cá)</i>
<i>" Russo (Angela Fajarda)</i>	36 h	<i>Mói</i>
<i>" Polaina</i>	12 h	
<i>" Gomes (Guilherme)</i>	12	<i>Mói. Tem 15 vacas e um filho novo que só quer a vida do campo. Não se deu em Lisboa. Usa o moinho por economia</i>
<i>Araújo</i>	12	<i>Morreram os de cá e os novos estão na França</i>
<i>" Paulo (Pureza)</i>	12	<i>Morreu</i>

MOINHO GRANDE		
Proprietário	Peças	Situação
<i>Casa da Chão de baixo</i>	12	
<i>Casa Domingos Cruz</i>	36	<i>"Eu andava a comprar farinha e agora vou moer" pede ajuda vizinhos para levar o grão *</i>
<i>" Da Cancela</i>	72	<i>Veio este ano de França, ainda não moeu</i>
<i>" Gomes (Guilherme)</i>	24	<i>Mói</i>
<i>" Barreiro</i>	24	<i>Veio o ano passado, mas não tem ido, mas tem 4 vacas e mto milho</i>
<i>" Vilara</i>	24	<i>Vive na França, tem uma criada que vai moer</i>
<i>" Cordoeira</i>	36	<i>Não mói. Mas tem duas vacas e pouco milho.</i>

" Loura de Cima	12	Mói às vezes
" Marouça do Xisto	12	Tem muitos animais e não tem vagar **
" Teiguinha	12	É contra a recuperação dos moinhos
" Marouça (Além do Rio)	12	Moía mto, mas não pode pq padece da coluna e tem moinho eléctrico
" Samico (Amélia)	12	Este ano ainda não veio
" Fatela (Dionísio)	12	Os actuais estão em Lisboa Cedeu o tempo à Marouça do Xisto
" Bouça	12	Em Lisboa
" Polaina	12	Morreu e os filhos estão em Lisboa
" Pureza do Paulo	12	Morreu
" Amadeu	12	Mói
	15 dias	

MOINHO DE BAIXO proprietário	hora	Situação
Casa da Loura	24	Mói
" Coutorina	24	Mói
" Marouço do Xisto	48	Mói
" Caetaninho	24	Tem moinho eléctrico
" Pinheira	36	-
" Carucho (Filomena)	12	-
" Carucho (Lourença)	12	-
" Lavandeiro (Dionísio)	24	Tem moinho eléctrico
" Sapata	24	Mói
" Lajinhas	12	Mói
" Rosso	12	Mói
" Labrujo (Amélia)	12	Tem muita idade
" Antanoa	24	Tem muita idade
" Corucha Alem do Rio	36	Tem moinho eléctrico
" Deventa	12	Morreu, os herdeiros vivem em Espantar
" Andreia (Claudina)	12	Morreu
" Labrujo (Álvaro)	12	-

(*) Este trabalho só foi possível de ser realizado com a colaboração de muitos montarienses, com especial destaque para a preciosa ajuda de Manuel da Cruz Paula e da senhora Etelvina (Casa da Chão)



Saberes tradicionais: Tio Dores mostrando como o relógio de sol regulava as águas do regadio e moinhos e Sr. Cipriano abrindo a bucha do pé da mó.

no Pequeno usam sete dos 12 proprietários, o Grande é usado por oito dos 17 e o de Baixo, também com 17 proprietários, é usado por sete. (ver quadro 3).

Em todos os núcleos verificou-se ser muito importante a existência de uma pessoa que funcionasse como impulsionadora garantindo a guarda e rotatividade da chave e actuando como interlocutora para os assuntos com ele relacionados.

Analisando agora as razões que levaram as pessoas a usar o moinho, verificamos que são poucos os casos a motivação é de ordem económica. Apenas num caso foi apontada essa razão, numa Casa que tem grande quantidade de gado, o que leva a que o gasto de energia eléctrica na moagem caseira seja considerável, pelo que é preferido o uso do moinho.

Na maior parte dos casos a motivação prende-se com a continuidade de um uso (que por vezes não chegou a ser interrompida) ou com o gosto de manter viva a tradição. De uma forma geral considera-se que a farinha assim feita tem mais qualidades ou, pelo menos, mais sabor, uma vez que a velocidade do moinho eléctrico aquece muito o grão, retirando-lhe gosto e qualidades.

A principal motivação liga-se a um outro conjunto de valores, mais qualitativos do que quantitativos: num caso a broa caseira, por exemplo é usada como paga de favores e pequenos serviços (deslocações à cidade, facilidades no tratamento de “papeladas”, etc.); noutros é a manutenção de laços afectivos com familiares que estão distantes, que gostam sempre de matar saudades com este sabor.

Muitas vezes é simplesmente um sentimento de pertença adquirido por esta repetição gestos ancestrais.

Se o abandono dos campos e o moinho eléctrico são, como já vimos, a principal causa de inércia no uso do moinho, foi possível identificar o mau acesso e a distância como causas absolutamente impeditivas. Nos três casos em que se verifica esta conjugação, houve um total abandono motivado pela impossibilidade de ultrapassar este problema (Moinhos de Baixo – Costa, da Teiga - Portudeira e de Baixo - Pedrulhos).

Outras vezes são muito pequenas as causas identificadas que levam ao abandono do seu uso, por exemplo a existência de pequenas imperfeições que não houve vontade de resolver. No caso do moinho do Meio, em Espantar, uma má colocação da *sieteira* foi motivo para o desinteresse.

De qualquer forma a principal causa prende-se com a dispensabilidade do moinho na vida económica. Não sendo necessário, o seu uso é facultativo e as regras que gerem o seu funcionamento falham com a ausência dos compartes e a idade avançada dos que ficaram, que têm grandes dificuldades não só com os arranjos mas também com o simples aparelhar ou transporte do milho.

Os Moinhos na transição dos tempos

A principal razão que levou ao abandono dos moinhos teve, naturalmente, a ver com o ritmo civilizacional e as mudanças verificadas no mundo rural que provocaram alterações absolutamente irreversíveis no quotidiano.

De facto o abandono das leiras provocado pela perda de rendimento dos produtos agrícolas e pela emigração dos mais novos, deixou a uma população envelhecida um conjunto de obrigações relacionadas com a posse do moinho, que já não têm condições para cumprir.

Mas já vimos que a posse consiste no dever de manter o moinho e no direito de o usar. Estas duas vertentes estão intimamente ligadas, de tal forma que, com a perda de importância do seu uso, o proprietário abdica do direito de o usar e, portanto, não se sente obrigado ao dever de o manter. É o início de um ciclo vicioso que termina com a ruína.

Também economia de mercado substituiu o regime de autarcia e, por exemplo, o pão que se consome em casa vem de panificação industrial e não da produção caseira (verificou-se mesmo a substituição do milho pelo trigo na sua composição).

O número de cabeças de gado baixou muito, por vezes apenas para o consumo doméstico de leite, pelo que o moinho eléctrico é perfeitamente suficiente e muito mais cómodo para quem tem de somar ao peso do grão o dos anos.

Assim, foram sendo abandonadas as regras dos procedimentos solidários que apenas são eficazes quando funcionam em cadeia e são respeitadas por todos. Quando alguns dos intervenientes se desinteressam perdem a eficácia e razão de ser e, em muitos casos, os problemas que impedem a possibilidade de funcionamento do moinho seriam de muito fácil resolução quando essas regras vigoravam.



Moinho de Cima - Pedrulhos. Herdeiros com os artesãos que recuperaram o moinho.

Muitas vezes o funcionamento de um moinho depende de arranjos e afinações muito pequenas, mas que têm de ser constantes. Acontece que são cada vez menos os utilizadores que os sabem fazer, tendo de se chamar especialistas. Sendo, como se disse, os arranjos nos moinhos pagos por todos os compartes na proporção da sua posse, veio a verificar-se um efeito perverso, que foi relatado em Espantar: os utilizadores apenas queriam pagar a parte que lhes dizia respeito, ficando o trabalhador com obrigação de recolher o pagamento de todas as partes dos outros herdeiros, os quais se recusavam a pagar, uma vez que não o pretendiam usar, ou estavam mesmo ausentes.

Apesar deste aspecto derrotista, é importante relatar um episódio passado no moinho do Meio de Espantar: um dos compartes queixava-se que nunca mais ninguém vinha arranjar um problema que surgiu na *sieteira* e que assim ele não podia moer, ao que o comparte de outro se insurgiu dizendo que o mesmo problema já se tinha passado no seu e ele tinha-o arranjado, portanto, se os herdeiros não arranjavam o seu próprio moinho era porque não precisavam dele

e então deixassem-no estar sem funcionar. Desta forma demonstrou que as antigas lógicas de funcionamento estavam ainda vivas.

Como uma conclusão:

A incompatibilidade destes antigos modos de vida com os nossos dias pode ser verificada em pequenas coisas, como é o facto de as finanças continuarem a exigir o pagamento da contribuição sobre os moinhos como “prédios urbanos” mesmo que, algumas vezes, já estejam em ruínas há anos.

Por outro lado também se assiste a situações em que são feitos melhoramentos nas casas, nomeadamente nas cozinhas, de acordo com exigências modernas, onde não cabe o forno a lenha, que é assim eliminado, impossibilitando a cozedura caseira da broa (não nos podemos esquecer que este forno não tem chaminé e, tradicionalmente, o fumo sai para o espaço da cozinha, de onde escoava pelo telhado de telha vã, depois de “fumar” os enchidos, o que não se coaduna com questões actuais de higiene). Por vezes este problema é resolvido com a construção de um anexo onde é colocado um forno.

O moinho faz parte de um mundo com regras que hoje dificilmente têm significado. Contribuir para o seu estudo e para a actualização do seu significado no seio da comunidade e, conseqüentemente, da sua sobrevivência, é o maior desafio deste projecto.

Com a constituição deste Núcleo Museológico foi possível recuperar para o moinho um papel na comunidade de São Lourenço da Montaria, já não o de elo essencial no encadear dos ciclos da vida agrícola tradicional, mas com um valor simbólico e identitário muito forte.